



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012-2026

MUNICÍPIO DE COCOS-BA

UASG: 983461

OBJETO

Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de utensílios de cantina, destinados a suprir as necessidades contínuas de preparo, acondicionamento, distribuição e apoio operacional da alimentação escolar, bem como atender às demandas das Secretarias e unidades administrativas do Município de Cocos – BA, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 203.793,10 (duzentos e três mil, setecentos e noventa e três reais e dez centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 19/06/2026 às 09h00m (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM GRUPO:

Sim



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DOS RECURSOS	18
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90012-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 156-2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90012-2026

TIPO: MENOR PREÇO

O **MUNICÍPIO DE COCOS**, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 006/2024, do Decreto Municipal nº 007/2024, Decreto Municipal nº 021/2024, da Lei n.º 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, bem como da legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de utensílios de cantina, destinados a suprir as necessidades contínuas de preparo, acondicionamento, distribuição e apoio operacional da alimentação escolar, bem como atender às demandas das Secretarias e unidades administrativas do Município de Cocos – BA, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.
- 1.2. As empresas licitantes devem apresentar suas propostas observando exclusivamente **AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA**, considerando que estas **PREVALECERÃO** sempre sobre os dados disponíveis no Sistema do Governo Federal – Comprasgov. Portanto, as propostas devem ser elaboradas com base nos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, que servirão como parâmetros para a verificação da aceitabilidade das propostas.
- 1.3. O critério de julgamento será **por item**, conforme justificativa apresentada no Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciados e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



MUNICÍPIO DE COCOS

- 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 4.13.1. *O prazo para resposta do licitante quando da solicitação do Pregoeiro via chat será de até 20 (vinte) minutos, inclusive quando da solicitação para negociação, exceto os itens cujo prazo previsto é de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação.*
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. *Valor unitário e total do item;*
- 5.1.2. *A marca;*

4.1.3. *Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo previsto no item em que estiver participando.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**, dado que o valor dos bens em licitação, mesmo individualmente considerado, é mais elevado.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



MUNICÍPIO DE COCOS

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em



MUNICÍPIO DE COCOS

seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



MUNICÍPIO DE COCOS

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.12.1. *Os documentos exigidos para habilitação contemplados no Sicaf ou não deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro, antes de findo o prazo.*
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36](#) e no [§ 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.13. **A verificação no Sicaf ou a exigência do envio dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.**
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º\)](#):**
- 8.14.1. *complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e*
- 8.14.2. *atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
 - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.cocos.ba.gov.br.



MUNICÍPIO DE COCOS

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no site oficial do Município de Cocos-BA e/ou no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 5% (cinco) por cento do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do contrato licitado.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DO ABANDONO DA SESSÃO DE DAS SANÇÕES

- 13.1. Considera-se comportamento inidôneo e passível de sanção o abandono da sessão pública pelo licitante, caracterizado, entre outras hipóteses, pela ausência de manifestação após a apresentação de proposta ou lance, especialmente quando convocado pelo Pregoeiro para envio de documentos, negociação, apresentação de proposta realinhada ou quaisquer esclarecimentos necessários ao regular andamento do certame.
- 13.2. O licitante convocado que não se manifestar no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico (chat), será considerado como desistente da proposta, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis.
- 13.3. A conduta descrita no item anterior poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexecução total da obrigação assumida, bem como a caracterização de comportamento inidôneo, nos termos do art. 156 do mesmo diploma legal.
- 13.4. Poderão ser aplicadas ao licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:
- I – advertência;
 - II – multa, nos termos previstos neste edital;
 - III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
 - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 13.5. A reincidência na conduta de abandono da sessão ou a sua ocorrência em momento crítico do certame poderá ser considerada agravante para fins de dosimetria da sanção.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licitacaopmcocos@hotmail.com.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cocos.ba.gov.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.11.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

15.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

Cocos-BA, 02 de junho de 2026.

Clewton Domingues de Souza
Prefeito Municipal



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE CÔCOS

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de utensílios de cantina, destinados a suprir as necessidades contínuas de preparo, acondicionamento, distribuição e apoio operacional da alimentação escolar, bem como atender às demandas das Secretarias e unidades administrativas do Município de Cocos, por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação abrange o fornecimento de utensílios essenciais para funcionamento de cantinas, cozinhas e copas, incluindo, mas não se limitando a: painéis, caldeirões, frigideiras e assadeiras; talheres industriais e domésticos; pratos, copos, canecas, bandejas e recipientes diversos; bacias, baldes, jarras e caixas organizadoras; peneiras, conchas, escumadeiras, espátulas, facas e demais utensílios de preparo; garrafas térmicas, lixeiras, suportes e itens auxiliares, destinados ao atendimento das escolas da rede municipal, creches, unidades administrativas e demais estruturas sob responsabilidade da Administração Pública Municipal.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL
1	Bandeja grande Retangular para servi 60X40 cm em aço inox, sem alça, retangular, acabamento polido com as bordas escovadas, dimensões de aproximadamente*: 60 x40 cm / altura 2,5 cm / espessura 0,8mm.	UND	35	R\$ 148,90	R\$ 5.211,50
2	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 32 com capacidade para 12 litros com alça de alumínio inteira reforçada e com tampa	UND	25	R\$ 182,33	R\$ 4.558,25
3	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 24 com capacidade para 3,9litros com alça de alumínio inteira reforçada e com tampa	UND	55	R\$ 89,90	R\$ 4.944,50



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

4	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 28 com capacidade para 08 litros com alça de alumínio inteiraça reforçada e com tampa	UND	35	R\$ 110,00	R\$ 3.850,00
5	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 36 com capacidade para 16 litros com alça de alumínio inteiraça reforçada e com tampa	UND	25	R\$ 204,50	R\$ 5.112,50
6	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 38 com capacidade para 20 litros com alça de alumínio inteiraça reforçada e com tampa	UND	25	R\$ 215,00	R\$ 5.375,00
7	Caldeirão em Alumínio 20 Lts caldeirão em alumínio 3mm, com tampa pegadores laterais reforçados. em alumínio com capacidade de aproximadamente 20 litros.	UND	25	R\$ 197,45	R\$ 4.936,25
8	Caldeirão em Alumínio 28 Lts caldeirão grande de alumínio, 36 cm., sem tampa, empresarial, capacidade de 28 litros	UND	55	R\$ 214,00	R\$ 11.770,00
9	Colher de servir com 12 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente, durável e de fácil higienização, adequada para uso doméstico ou profissional.	UND	35	R\$ 17,97	R\$ 628,95
10	Colher de servir fabricada em aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização. Possui comprimento total de 32 cm	UND	35	R\$ 24,70	R\$ 864,50
11	Colher de servir com 42 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização, indicada para uso doméstico e profissional.	UND	35	R\$ 26,00	R\$ 910,00
12	Colher de servir com 62 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização, indicada para uso doméstico e profissional, especialmente em recipientes de grande volume.	UND	35	R\$ 72,37	R\$ 2.532,95
13	Concha industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, nº 14, com comprimento total aproximado de 57 cm. Possui bojo amplo e profundo e Cabo longo e reforçado.	UND	35	R\$ 66,79	R\$ 2.337,65
14	Concha industrial produzida em alumínio batido de alta resistência, nº 16, com comprimento total aproximado de 61 cm. Possui bojo amplo e profundo, Cabo longo, reforçado e ergonômico,	UND	25	R\$ 84,83	R\$ 2.120,75
15	Concha fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 35 cm. Possui bojo funcional para porcionamento e serviço de alimentos, Cabo resistente e ergonômico	UND	25	R\$ 26,50	R\$ 662,50
16	Caneca fabricada em alumínio de alta resistência, com capacidade aproximada de 4,5 litros e diâmetro de 18 cm. Possui cabo em baquelite, material isolante térmico que proporciona maior segurança no manuseio, evitando a transferência de calor.	UND	35	R\$ 84,00	R\$ 2.940,00
17	Caneca fabricada em alumínio de alta resistência, com capacidade aproximada de 2,5 litros. Possui dimensões de 13 cm de altura e 16 cm de diâmetro. Conta com cabo em baquelite, material isolante térmico que proporciona maior segurança e conforto .	UND	25	R\$ 42,15	R\$ 1.053,75
18	Cuscuzeira fabricada em alumínio polido de alta resistência, nº 23, com altura aproximada de 26 cm e diâmetro de 28 cm. Composta por base para água, recipiente perfurado para preparo do cuscuz e tampa de encaixe.	UND	10	R\$ 78,31	R\$ 783,10
19	Cuscuzeira fabricada em alumínio polido de alta resistência, nº 16, com dimensões aproximadas de 16 cm de altura, 16 cm de largura e 16 cm de diâmetro. Composta por base para água, recipiente perfurado para preparo a vapor e tampa de encaixe.	UND	25	R\$ 49,05	R\$ 1.226,25
20	Escumadeira industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 62 cm. Possui base perfurada que permite a retirada de alimentos e a escorrência de líquidos e óleos com eficiência.	UND	35	R\$ 29,30	R\$ 1.025,50
21	Escumadeira industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 46 cm. Possui base perfurada que permite	UND	45	R\$ 42,90	R\$ 1.930,50



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

	a retirada de alimentos com eficiência, facilitando o escoamento de líquidos e óleos.				
22	Faca para cozinha fabricada em aço inoxidável de alta resistência, com lâmina de 8 polegadas. Possui fio durável, ideal para cortes precisos de carnes, legumes e alimentos em geral. Cabo revestido em material plástico	UND	55	R\$ 24,00	R\$ 1.320,00
23	Forma assadeira retangular nº 08, com dimensões aproximadas de 64 cm de comprimento, 44 cm de largura e 4 cm de altura. Fabricada em material resistente (alumínio ou aço), proporcionando boa condução térmica e cozimento uniforme dos alimentos.	UND	20	R\$ 104,11	R\$ 2.082,20
24	Forma assadeira retangular nº 05, com dimensões aproximadas de 46,5 cm de comprimento, 32 cm de largura e 7 cm de altura. Fabricada em material resistente (alumínio ou aço), com boa condução térmica, proporcionando cozimento uniforme dos alimentos.	UND	35	R\$ 48,86	R\$ 1.710,10
25	Jogo de talheres de mesa composto por 36 peças, fabricadas em aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão e ao uso contínuo. O kit é composto por: 12 garfos de mesa 12 facas de mesa 12 colheres de mesa	Kits	50	R\$ 130,00	R\$ 6.500,00
26	Panela de pressão com capacidade aproximada de 7 litros, fabricada em alumínio polido de alta qualidade, com espessura de 3 mm, garantindo maior resistência e durabilidade. Possui sistema de fechamento com travas de segurança.	UND	25	R\$ 134,27	R\$ 3.356,75
27	Panela de pressão com capacidade para 10 litros. em alumínio polido 3mm de espessura de alta qualidade. travas de segurança que impedem a abertura da tampa enquanto houver pressão interna. asas resistentes.	UND	20	R\$ 185,00	R\$ 3.700,00
28	Panela de pressão com capacidade para 4,5 litros. enquanto houver pressão interna. asas resistentes. tampa com fechamento externo garantia mínima 24 meses	UND	20	R\$ 90,05	R\$ 1.801,00
29	Panela de pressão industrial com capacidade para 12 litros. em alumínio polido 3mm de espessura de alta qualidade. travas de segurança que impedem a abertura da tampa.	UND	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
30	Tacho número 40 com 10 litros de capacidade total, em Alumínio Batido super grosso com 4mm de espessura e alça inteira fundida em conjunto com o corpo do tacho, com tampa.	UND	25	R\$ 501,25	R\$ 12.531,25
31	Tacho Nº 50 Tacho número 50 com 21 litros de capacidade total, em Alumínio Batido super grosso com 4mm de espessura e alça inteira fundida em conjunto com o corpo do tacho, com tampa.	UND	25	R\$ 470,00	R\$ 11.750,00
32	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 14 litros de tamanho de aproximadamente 17x42cm	UND	25	R\$ 21,45	R\$ 536,25
33	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 18 litros de tamanho de aproximadamente 19x39cm	UND	25	R\$ 37,49	R\$ 937,25
34	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 30 litros de tamanho de aproximadamente 23x48cm	UND	25	R\$ 41,78	R\$ 1.044,50
35	Balde Plástico 10 Lts balde de plástico, capacidade de 10 litros, material resistente dimensões mínimas 255x270	UND	55	R\$ 27,00	R\$ 1.485,00
36	Caixa de isopor 170 litros tampa removível com dreno de alta vedação. Volume 170 litros. Dimensões externas: comprimento;101cm, larg:63cm, alt53cm espessura das paredes 5 cm	UND	15	R\$ 357,00	R\$ 5.355,00
37	Caixa organizadora multiuso fabricada em plástico transparente de alta resistência, com capacidade aproximada de 30 litros. Possui formato retangular, tampa de encaixe com travas de segurança e alças laterais que facilitam o transporte.	UND	55	R\$ 85,00	R\$ 4.675,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

38	Caixa organizadora multiuso fabricada em plástico transparente de alta resistência, com capacidade aproximada de 13,5 litros. Possui formato retangular, tampa de encaixe com travas de segurança e alças que facilitam o transporte.	UND	55	R\$ 48,49	R\$ 2.666,95
39	Garrafa térmica com capacidade aproximada de 1 litro, equipada com tampa de rosca que garante vedação eficiente e segurança no transporte. Possui dimensões aproximadas de 134 mm (comprimento) x 102 mm (largura) x 310 mm (altura).	UND	35	R\$ 44,89	R\$ 1.571,15
40	Garrafa térmica 2 litros - descrição: com base giratória, ampola em aço inox, acionamento através de alavanca. revestimento externo em polipropileno, aço inox escovado.	UND	25	R\$ 146,00	R\$ 3.650,00
41	Garrafa térmica com capacidade de 5 litros, equipada com tampa de rosca que garante vedação segura e conservação térmica eficiente para líquidos quentes ou frios. Apresenta dimensões aproximadas de 31 cm de altura e 20,5 cm de largura	UND	10	R\$ 54,25	R\$ 542,50
42	Lixeira com tampa 100l .em polietileno, com tampa e pedal em ferro galvanizado, cor leitosa, capacidade para 100 litros	UND	25	R\$ 371,57	R\$ 9.289,25
43	Lixeira plástica com capacidade de 20 litros, confeccionada em polipropileno resistente, com tampa articulada e acionamento por pedal com suporte em aço.	UND	25	R\$ 69,69	R\$ 1.742,25
44	Lixeira plástica com capacidade de 50 litros, confeccionada em polipropileno resistente, com tampa articulada e acionamento por pedal com suporte em aço.	UND	25	R\$ 195,00	R\$ 4.875,00
45	Ralador com Três Faces em formato triangular laminas em aço inox. laminas para ralo grosso, ralo médio, ralo fino, base em plástico resistente com dimensão de aproximadamente 20cm x 9 cm x 9cm	UND	45	R\$ 41,70	R\$ 1.876,50
46	Tábuas para Corte para corte de alimentos crus e cozidos, fabricado em polietileno de alta resistência. Medindo 25x40	UND	55	R\$ 59,60	R\$ 3.278,00
47	Vasilha com tampa, capacidade de 10 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência. Formato retangular, medidas aproximadas de 34 x 14 cm.	UND	35	R\$ 33,29	R\$ 1.165,15
48	Vasilha com tampa, capacidade de 3,5 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência.	UND	25	R\$ 16,50	R\$ 412,50
49	Vasilha com tampa, capacidade de 7 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência. Formato quadrado, produto durável e de fácil higienização.	UND	35	R\$ 29,40	R\$ 1.029,00
50	Jogo de xícaras para chá, composto por 12 peças (6 xícaras e 6 pires), confeccionado em porcelana ou vidro. Xícaras com capacidade aproximada de 200 ml, dimensões de 8,3 cm de diâmetro e 8,3 cm de altura, acompanhadas de pires com diâmetro de 15 cm.	UND	30	R\$ 128,18	R\$ 3.845,40
51	Jogo de copos para água, composto por 6 unidades, confeccionados em vidro incolor, liso e reutilizável. Capacidade aproximada de 310 ml (31 cl), altura de 140 mm, diâmetro de 67,5 mm e peso aproximado de 300 g.	UND	35	R\$ 45,00	R\$ 1.575,00
52	Jogo de pratos fundos, composto por 6 unidades, confeccionados em vidro temperado incolor, resistente a altas temperaturas.	UND	35	R\$ 59,25	R\$ 2.073,75
53	Cooler térmico com capacidade de 30 litros, indicado para conservação de bebidas e alimentos em temperaturas frias por maior período. Fabricado em material resistente, com isolamento térmico eficiente, tampa de vedação segura e alça para transporte.	UND	20	R\$ 107,10	R\$ 2.142,00
54	Cooler térmico com capacidade de 42 litros, indicado para conservação de bebidas e alimentos em temperaturas frias por maior período. Fabricado em material resistente, com isolamento térmico eficiente, tampa de vedação segura e alça para transporte.	UND	25	R\$ 340,00	R\$ 8.500,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

55	Kit merenda escolar composto por 3 peças: 1 prato fundo com aproximadamente 22 cm, 1 caneca com capacidade entre 220 ml e 300 ml e 1 colher infantil. Confeccionado em material plástico resistente, atóxico, de fácil higienização, adequado para uso escolar.	Kits	1000	R\$ 22,00	R\$ 22.000,00
TOTAL					R\$ 203.793,10

1.3. As licitantes deverão elaborar suas propostas em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, as quais prevalecerão, para todos os fins, sobre eventuais divergências existentes no Sistema do Governo Federal – ComprasGov.

1.4. Dessa forma, as propostas deverão observar, no mínimo, os requisitos técnicos aqui estabelecidos, sob pena de desclassificação por não atendimento às exigências do instrumento convocatório.

1.5. Os bens, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da legislação vigente.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 108/2024, de 10 de dezembro de 2024.

1.8. O prazo de vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que presentes os requisitos legais.

1.9. As condições específicas relativas à vigência, prorrogação e execução contratual encontram-se detalhadas no instrumento contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de utensílios de cantina necessários ao preparo, manipulação, acondicionamento, distribuição e apoio operacional de alimentos e bebidas nas unidades públicas do Município de Cocos, especialmente nas escolas da rede municipal de ensino, creches e demais unidades sob responsabilidade da Administração Pública.

2.2. A necessidade decorre da demanda permanente e variável por utensílios indispensáveis ao funcionamento regular de cozinhas, copas e cantinas públicas, utilizados na preparação da merenda escolar, refeições institucionais e demais serviços correlatos. A ausência desses materiais compromete diretamente a execução das atividades, podendo ocasionar prejuízos à alimentação escolar, à rotina administrativa, às condições de higiene e à continuidade dos serviços públicos.

2.3. A definição da demanda foi fundamentada em levantamento técnico realizado pela unidade competente, com base no histórico de consumo de exercícios anteriores, na reposição periódica de itens danificados ou inutilizados pelo uso contínuo, nas demandas recorrentes das unidades atendidas e



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

nas projeções de necessidades futuras, considerando ainda ampliações de atendimento e variações operacionais ao longo do exercício.

2.4. Ressalta-se que os utensílios a serem adquiridos constituem bens comuns, com especificações técnicas objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado, tais como panelas, caldeirões, bandejas, recipientes, talheres, copos, pratos, bacias, utensílios de preparo e demais itens correlatos, atendendo às normas sanitárias e técnicas aplicáveis, o que permite sua aquisição de forma eficiente por meio de procedimento licitatório, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

2.5. Ademais, a inexistência de estoque suficiente para reposição imediata, aliada à necessidade de garantir agilidade no atendimento das solicitações das diversas unidades escolares, creches, secretarias municipais e demais setores administrativos, torna imprescindível a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos referidos utensílios.

2.6. A solução adotada — registro de preços com fornecimento parcelado — mostra-se a mais adequada, pois possibilita maior flexibilidade na gestão da contratação, permitindo aquisições conforme a demanda real de cada unidade, evitando a formação de estoques excessivos ou insuficientes, reduzindo perdas, promovendo economicidade, eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos.

2.7. Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se devidamente fundamentada no planejamento administrativo, estando alinhada às necessidades institucionais do Município e às diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar.

DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme analisado pela equipe de Planejamento, o processo será utilizado o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços - SRP, com fundamentos do CAPÍTULO XVIII do Decreto Municipal de nº 021/2024 e CAPÍTULO XLV, da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente no Art. 82.

3.2. A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de contratação de empresa para aquisição de bens, que terá previsão de execução parceladas de acordo com as necessidades apresentadas em cada secretaria, ou seja, os bens serão solicitados de forma paulatina e mediante a necessidade, dessa forma a adoção do Sistema de Registro de preço apresenta a opção que atende aos interesses públicos além de não comprometer o orçamento de forma antecipada já que o que há é uma projeção estimada da necessidade. Com a adoção do Sistema de Registro de Preços, a administração deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, resguardando os recursos orçamentários e financeiros. A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ainda ao fato de este



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos.

3.3. A opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se ainda pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de fornecimento parceladas, solicitadas de acordo com a demanda do contratante, estando em concordância com o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Conforme disposto no item 7 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o julgamento da licitação será realizado por item individual, observando-se o critério de menor preço por item, em razão da natureza divisível do objeto e da possibilidade de ampliação da competitividade, permitindo a participação de maior número de fornecedores aptos ao atendimento das especificações exigidas.

4.2. A adoção do critério de julgamento por item justifica-se em razão da diversidade dos utensílios de cantina pretendidos, os quais apresentam distintas características técnicas, finalidades de uso, materiais de fabricação, dimensões e faixas de mercado, recomendando-se solução que privilegie a ampla concorrência e a seleção mais vantajosa para cada item.

4.3. O parcelamento do objeto por itens individuais:

- a) Viabiliza a participação de fornecedores especializados em determinados utensílios ou linhas de produtos;
- b) Amplia a competitividade do certame, evitando restrições indevidas à participação de empresas que não comercializam a totalidade dos itens;
- c) Possibilita à Administração a obtenção do menor preço específico para cada produto;
- d) Respeita as particularidades técnicas e comerciais de cada utensílio;
- e) Proporciona maior flexibilidade nas futuras contratações e aquisições conforme a necessidade real



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

de consumo;

f) Favorece a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação vigente.

4.4. Ressalta-se que a adoção do julgamento por item representa a solução mais adequada ao caso concreto, tendo em vista a natureza comum e divisível dos bens pretendidos, afastando a concentração indevida do objeto e permitindo maior eficiência na disputa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

4.5. O critério adotado encontra-se alinhado aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e isonomia, bem como às diretrizes de parcelamento do objeto previstas nos arts. 47 e 48 da Lei nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para atendimento da necessidade identificada, a contratação de fornecimento de utensílios deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, operacional, legal e de sustentabilidade, conforme descrito a seguir:

a) Requisitos técnicos dos materiais:

a.1. Os utensílios a serem fornecidos deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, sendo novos, de primeiro uso e sem qualquer tipo de defeito.

a.2. Deverão atender rigorosamente às especificações técnicas definidas pela Administração, garantindo resistência, funcionalidade, segurança, durabilidade e adequação ao uso contínuo nas unidades públicas municipais.

b) Padronização e conformidade:

b.1. Os produtos deverão possuir padrão mínimo de qualidade, evitando variações que comprometam sua utilização.

b.2. Quando aplicável, deverão apresentar certificações, selos de qualidade, composição adequada ao uso alimentício e conformidade com normas técnicas e sanitárias vigentes.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

c) Requisitos de fornecimento e logística:

c.1. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Administração, mediante requisição formal.

c.2. A contratada deverá assegurar a entrega dos utensílios nos locais previamente indicados, responsabilizando-se pelo transporte, carga, descarga e integridade dos produtos até o recebimento definitivo.

d) Prazo de entrega:

d.1. Os materiais deverão ser entregues em prazo compatível com a necessidade administrativa, a ser definido no Termo de Referência, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades atendidas.

e) Requisitos de armazenamento e acondicionamento:

e.1. Os utensílios deverão ser entregues devidamente embalados e acondicionados, preservando sua integridade durante transporte e armazenamento.

e.2. Produtos danificados, quebrados, deformados ou em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional.

f) Requisitos de qualificação da contratada:

f.1. A empresa deverá comprovar aptidão para fornecimento do objeto, mediante apresentação de documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, além de capacidade operacional compatível com a demanda.

g) Sustentabilidade:

g.1. Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos duráveis, reutilizáveis, recicláveis ou fabricados com materiais de menor impacto ambiental, observadas as condições de mercado e a economicidade.

h) Garantia e substituição:

h.1. Os utensílios fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, comprometendo-se a contratada a substituir imediatamente aqueles que apresentarem inconformidades, sem custos adicionais para a Administração.

i) Fiscalização e controle:



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

i.1. A execução do fornecimento estará sujeita ao acompanhamento e fiscalização por parte da Administração Municipal de Cocos, que poderá recusar produtos em desacordo com as especificações, aplicando as medidas cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.8. Sustentabilidade

6.8.1. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais que:

- a) Possuam menor impacto ambiental;
- b) Atendam a normas ambientais vigentes;
- c) Apresentem eficiência no uso de recursos naturais.

6.9. Garantia dos materiais

6.9.1. Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, devendo a contratada substituir, no prazo estabelecido, aqueles que apresentarem inconformidades, sem custos adicionais para a Administração.

6.10. Fiscalização

6.10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Administração, que poderá recusar materiais em desacordo com as especificações, aplicando as sanções cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.11. Subcontratação

6.11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.12. Garantia da contratação

6.12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os materiais de construção deverão ser fornecidos conforme as condições a seguir:

7.1.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, no prazo de até 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa formal aceita pela Administração;

7.1.2. Os materiais deverão ser entregues no âmbito do Município de Cocos–BA, em local previamente indicado na Ordem de Fornecimento, podendo abranger prédios públicos, obras em execução, vias urbanas ou rurais e demais estruturas sob responsabilidade da Administração, de segunda a sexta-feira, em horário comercial;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

7.1.3. A Ordem de Fornecimento será emitida pelo Setor de Compras ou setor competente do Município;

7.1.4. Os materiais deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo sua conformidade verificada no ato do recebimento provisório e definitivo;

7.1.5. A contratada obriga-se a fornecer os materiais conforme as especificações e quantitativos constantes na Ordem de Fornecimento, não sendo admitidas substituições sem prévia autorização da Administração;

7.1.6. Os materiais deverão estar disponíveis para fornecimento a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços;

7.1.7. É indispensável que os materiais atendam às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da ABNT, e apresentem padrão de qualidade compatível com o mercado;

7.1.8. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem avarias, defeitos ou danos, devidamente acondicionados e transportados de forma adequada, garantindo sua integridade até o local de entrega;

7.1.9. Quando aplicável (tais como cimento, argamassas, rejuntas, produtos industrializados e similares), os materiais deverão conter identificação de lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente;

7.1.10. A entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal e da correspondente Ordem de Fornecimento, contendo a discriminação detalhada dos itens fornecidos.

7.2. Prazo da Garantia

7.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber os utensílios de cantina no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, avarias ou incorreções verificadas nos produtos fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente quanto à conformidade dos utensílios entregues com as especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade exigidos;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis;

8.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual;

8.1.8. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual;

8.1.9. Decidir, no prazo de até 30 (trinta) dias, os requerimentos apresentados pela Contratada, admitida prorrogação motivada por igual período;

8.1.10. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.11. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes do fornecimento dos produtos ou da execução do contrato.

8.2. São obrigações da Contratada:

8.2.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do contrato e deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;

8.2.2. Fornecer os utensílios de cantina conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos na Ordem de Fornecimento;

8.2.3. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento do prazo de entrega, devidamente justificados;

8.2.4. Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato;

8.2.5. Substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, os utensílios que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas;

8.2.6. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos produtos nos locais indicados pela Contratante, garantindo sua integridade até o recebimento definitivo;

8.2.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos utensílios;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

8.2.8. Quando não for possível a verificação no SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos;

8.2.9. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;

8.2.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que impacte a execução do fornecimento;

8.2.12. Observar as normas técnicas, sanitárias e de qualidade aplicáveis, garantindo a segurança, durabilidade e conformidade dos utensílios fornecidos;

8.2.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao transporte, manuseio e armazenamento dos produtos, especialmente quanto a itens frágeis, cortantes ou volumosos;

8.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro;

8.2.15. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.16. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega dos materiais será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.

9.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico, especialmente para envio de Ordens de Fornecedor, notificações e solicitações.

9.4. A Administração poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências imediatas relacionadas ao fornecimento dos materiais.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

9.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com a Contratada para alinhamento das condições de fornecimento, logística de entrega, locais de descarregamento, prazos, procedimentos de fiscalização e demais obrigações contratuais.

Fiscalização

9.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

9.7. O fiscal técnico acompanhará o fornecimento dos materiais, verificando o cumprimento das especificações técnicas, quantidades, prazos e condições de entrega estabelecidas.

9.8. Caberá ao fiscal técnico, no ato da entrega:

- a) Conferir quantitativamente os materiais entregues;
- b) Verificar a conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- c) Avaliar as condições físicas dos materiais (avarias, umidade, integridade, validade, quando aplicável);
- d) Registrar eventuais inconformidades.

9.9. O fiscal técnico anotará todas as ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, indicando as providências necessárias à correção de falhas.

9.10. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico notificará a Contratada para substituição ou correção dos materiais, fixando prazo para atendimento.

9.11. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato situações que extrapolem sua competência ou que possam comprometer a execução contratual.

Fiscalização Administrativa

9.12. O fiscal administrativo acompanhará os aspectos formais do contrato, incluindo:

- a) Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada;
- b) Controle de empenhos, liquidações e pagamentos;
- c) Acompanhamento de eventuais penalidades, glosas e ajustes contratuais.

9.13. Em caso de irregularidade administrativa, o fiscal deverá adotar as providências necessárias ou comunicar ao gestor do contrato.

Gestão do Contrato



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

9.14. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, consolidando as informações prestadas pelos fiscais e garantindo o cumprimento das condições estabelecidas.

9.15. Compete ao gestor:

- a) Acompanhar a execução do contrato com base nos registros da fiscalização;
- b) Avaliar o desempenho da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações;
- c) Autorizar, quando cabível, ajustes, prorrogações e demais alterações contratuais;
- d) Controlar a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

9.16. O gestor do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada como requisito para pagamento.

9.17. O gestor emitirá atesto quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, com base nas informações da fiscalização, especialmente quanto à conformidade dos materiais fornecidos.

9.18. Em caso de descumprimento contratual, o gestor adotará as providências necessárias à aplicação de sanções, mediante instauração de processo administrativo próprio.

9.19. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório conclusivo, avaliando a adequação da contratação, a qualidade dos materiais fornecidos e eventuais melhorias para contratações futuras.

9.20. O gestor encaminhará a documentação necessária ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, conforme os materiais efetivamente recebidos e atestados.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

10.1. Os materiais de construção serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

10.2. No recebimento provisório, será realizada conferência preliminar quanto à quantidade, integridade física e condições de transporte dos materiais.

10.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive no ato do recebimento provisório, quando:

- a) Estiverem em desacordo com as especificações técnicas;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

b) Apresentarem avarias, umidade, contaminação ou qualquer dano que comprometa sua utilização;

c) Forem entregues em quantitativo divergente do solicitado;

10.4. Na hipótese de rejeição, a Contratada deverá realizar a substituição dos materiais no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação detalhada da qualidade, especificações e quantitativos dos materiais, mediante atesto do fiscal do contrato.

10.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de análise técnica mais detalhada ou realização de diligências.

10.7. No caso de controvérsia quanto à quantidade, qualidade ou especificações dos materiais fornecidos, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido o pagamento da parcela incontroversa.

10.8. O prazo para correção de inconsistências ou substituição de materiais não será computado para fins de recebimento definitivo.

10.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos materiais fornecidos.

Liquidação

10.10. Recebida a Nota Fiscal, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período mediante justificativa.

10.11. Para fins de liquidação, será verificado se a Nota Fiscal contém:

- a) Identificação da Contratada;
- b) Dados do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- c) Descrição detalhada dos materiais fornecidos;
- d) Quantitativos, valores unitários e totais;
- e) Indicação de eventuais retenções tributárias.

10.12. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação, o prazo será suspenso até a regularização pela Contratada, sem ônus para a Administração.

10.13. A regularidade fiscal e trabalhista da Contratada será verificada por meio do SICAF ou documentação equivalente, conforme legislação vigente.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

10.14. Constatada irregularidade, a Contratada será notificada para regularização no prazo legal, sem prejuízo da continuidade do fornecimento, quando for o caso.

Prazo de pagamento

10.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.

10.16. Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base no IPCA, desde a data final do prazo até o efetivo pagamento.

Forma de pagamento

10.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela Contratada.

10.18. Será considerada como data do pagamento a emissão da ordem bancária.

10.19. Serão realizadas as retenções tributárias conforme a legislação vigente.

10.20. No caso de optante pelo Simples Nacional, o pagamento ficará condicionado à comprovação dessa condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Cessão de crédito

10.21. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios, nos termos da legislação vigente.

10.22. A eficácia da cessão perante a Administração dependerá de formalização por meio de termo aditivo ao contrato.

10.23. A cessão não exime a Contratada do cumprimento integral das obrigações contratuais, permanecendo responsável pela execução do objeto.

10.24. Os pagamentos à cessionária observarão as mesmas condições estabelecidas no contrato, inclusive quanto a eventuais glosas, sanções e retenções.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

11.2. Forma de fornecimento

11.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

11.3. Exigências de habilitação

11.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.4. Habilitação jurídica

11.4.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

11.4.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.4.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da legislação vigente.

11.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

11.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.6. Qualificação Econômico-Financeira

11.6.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)); dentro do prazo de validade constante no documento ou, na ausência deste, emitida há no máximo 90 (noventa) dias.

11.6.3. **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.6.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.6.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.6.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital social mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

11.6.6.1. Para fins do disposto no item 11.6.6, o valor do capital social mínimo exigido será calculado de forma proporcional ao valor adjudicado ao licitante, considerando-se o(s) grupo(s) em que se sagrar vencedor, e não o valor global estimado da contratação.

11.6.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

11.6.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional devidamente habilitado.

11.7. Qualificação Técnica

11.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o grupo pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

11.7.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento anterior de bens de natureza semelhante, não sendo exigido quantitativo mínimo, de forma a garantir a ampla competitividade do certame

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 203.793,10 (duzentos e três mil, setecentos e noventa e três reais e dez centavos).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Cocos-Ba, 13 de maio de 2026.

Paulo Eduardo Kunrath
Secretário Municipal de Administração
Matrícula: 18921

Camargo Lopo de Macedo Arruda
Superintendente de Compras



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda tem por objeto o fornecimento de utensílios destinados às atividades de copa, cozinha, preparo de alimentos, armazenamento, distribuição, organização e apoio operacional, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Cocos.

A necessidade decorre da utilização permanente desses materiais no funcionamento das unidades públicas municipais vinculadas às Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Administração.

Serão atendidas, entre outras, unidades escolares, creches, unidades de saúde, hospital municipal, equipamentos socioassistenciais, sede administrativa, órgãos operacionais e demais repartições públicas municipais.

Os itens pretendidos compreendem, entre outros, panelas, bandejas, pratos, copos, talheres, recipientes plásticos, garrafas térmicas, caixas organizadoras, lixeiras, utensílios de corte e materiais correlatos necessários às rotinas institucionais.

A demanda decorre da necessidade de reposição de materiais desgastados, substituição de itens inservíveis, complementação de quantitativos insuficientes e atendimento de novas necessidades operacionais surgidas nas unidades municipais.

A ausência desses utensílios poderá comprometer atividades internas de apoio, preparo e distribuição de alimentos, organização dos ambientes, atendimento ao público e o regular funcionamento dos serviços públicos municipais.

Trata-se de demanda de natureza contínua e recorrente, cuja satisfação é necessária para assegurar eficiência administrativa e continuidade das atividades institucionais.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade identificada, a contratação de fornecimento de utensílios deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, operacional, legal e de sustentabilidade, conforme descrito a seguir:

a) Requisitos técnicos dos materiais:

Os utensílios a serem fornecidos deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, sendo novos, de primeiro uso e sem qualquer tipo de defeito.

Deverão atender rigorosamente às especificações técnicas definidas pela Administração, garantindo resistência, funcionalidade, segurança, durabilidade e adequação ao uso contínuo nas unidades públicas municipais.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

b) Padronização e conformidade:

Os produtos deverão possuir padrão mínimo de qualidade, evitando variações que comprometam sua utilização.

Quando aplicável, deverão apresentar certificações, selos de qualidade, composição adequada ao uso alimentício e conformidade com normas técnicas e sanitárias vigentes.

c) Requisitos de fornecimento e logística:

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme demanda da Administração, mediante requisição formal.

A contratada deverá assegurar a entrega dos utensílios nos locais previamente indicados, responsabilizando-se pelo transporte, carga, descarga e integridade dos produtos até o recebimento definitivo.

d) Prazo de entrega:

Os materiais deverão ser entregues em prazo compatível com a necessidade administrativa, a ser definido no Termo de Referência, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades atendidas.

e) Requisitos de armazenamento e acondicionamento:

Os utensílios deverão ser entregues devidamente embalados e acondicionados, preservando sua integridade durante transporte e armazenamento.

Produtos danificados, quebrados, deformados ou em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional.

f) Requisitos de qualificação da contratada:

A empresa deverá comprovar aptidão para fornecimento do objeto, mediante apresentação de documentos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, além de capacidade operacional compatível com a demanda.

g) Sustentabilidade:

Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos duráveis, reutilizáveis, recicláveis ou fabricados com materiais de menor impacto ambiental, observadas as condições de mercado e a economicidade.

h) Garantia e substituição:

Os utensílios fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, comprometendo-se a contratada a substituir imediatamente aqueles que apresentarem inconformidades, sem custos adicionais para a Administração.

i) Fiscalização e controle:



MUNICÍPIO DE COCOS

A execução do fornecimento estará sujeita ao acompanhamento e fiscalização por parte da Administração Municipal de Cocos, que poderá recusar produtos em desacordo com as especificações, aplicando as medidas cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

No levantamento de mercado realizado, foram identificadas as seguintes soluções possíveis para atender à necessidade de fornecimento de utensílios destinados às atividades de copa, cozinha, preparo de alimentos, armazenamento, distribuição, organização e apoio operacional das Secretarias Municipais do Município de Cocos.

Soluções identificadas

a) Solução 01 – Adesão a atas de registro de preços de outros entes públicos:

a.1. Possibilita o aproveitamento de licitações já realizadas por outros órgãos, com preços previamente registrados. Embora proporcione maior celeridade na contratação, pode não contemplar integralmente as especificações técnicas, padrões de qualidade e quantitativos demandados pelo Município, especialmente diante da diversidade de utensílios necessários às diferentes secretarias e unidades administrativas, além de restringir a competitividade entre fornecedores locais e regionais.

b) Solução 02 – Aquisição por dispensa de licitação, nos limites legais:

b.1. Admissível apenas para contratações de pequeno valor ou hipóteses legalmente previstas, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, essa alternativa não se mostra adequada para atender demanda contínua, abrangente e recorrente de utensílios, sob pena de comprometer o planejamento e caracterizar fracionamento indevido da despesa.

c) Solução 03 – Procedimento licitatório próprio para registro de preços:

c.1. Permite ao Município realizar ampla pesquisa de mercado, assegurar competitividade entre fornecedores e registrar preços para fornecimento parcelado ao longo da vigência contratual. Essa solução possibilita atendimento contínuo das demandas das secretarias, reposição gradual de materiais, padronização dos utensílios e melhor controle de custos.

d) Solução 04 – Procedimento licitatório para contratação por fornecimento integral (sem registro de preços):

d.1. Consiste na aquisição integral de quantitativo previamente definido em contrato único. Embora possibilite previsibilidade orçamentária, mostra-se menos adequada diante da natureza variável da demanda por utensílios, podendo ocasionar excesso de estoque, obsolescência de itens ou insuficiência futura.

e) Solução 05 – Aquisições isoladas por demanda específica:



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

e.1. Consiste na realização de compras pontuais conforme necessidade imediata de cada secretaria. Essa alternativa apresenta menor eficiência administrativa, dificuldade de padronização, perda de ganho de escala, maior custo operacional e risco de preços menos vantajosos.

f) Solução 06 – Contratação descentralizada por secretaria:

f.1. Cada órgão realizaria procedimento próprio para aquisição de utensílios. Embora permita autonomia setorial, essa alternativa tende a gerar multiplicidade de processos, aumento de custos administrativos, fragmentação das compras e menor poder de negociação.

g) Solução 07 – Centralização de compras via consórcio público:

g.1. Possibilita ganho de escala e eventual redução de preços por meio de compras compartilhadas. Entretanto, pode apresentar limitações quanto à autonomia administrativa do Município, prazos de adesão, logística de entrega e adequação às especificidades locais.

Análise comparativa e escolha da solução

Após análise das alternativas, verifica-se que a **Solução 03 – Procedimento licitatório próprio para registro de preços** mostra-se a mais vantajosa para o Município de Cocos, uma vez que:

- assegura maior economicidade mediante ampla competitividade;
- permite fornecimento parcelado conforme demanda real;
- evita formação de estoques excessivos ou insuficientes;
- proporciona padronização e qualidade dos utensílios;
- reduz risco de desabastecimento;
- melhora o planejamento administrativo;
- racionaliza a gestão das compras públicas;
- atende simultaneamente múltiplas secretarias;
- oferece maior flexibilidade contratual.

Conclusão

Dessa forma, a contratação por meio de procedimento licitatório próprio, preferencialmente utilizando o Sistema de Registro de Preços, mostra-se a alternativa tecnicamente mais adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura para atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Portanto, a contratação por meio de licitação com registro de preços mostra-se a alternativa tecnicamente mais adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA
Responsável: ROSILENE NEVES DOS SANTOS MOURA
Departamento: DEPARTAMENTO DE COMPRAS



Relatório de Cotação: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA CANTINA ESCOLAR, HOSPITAL E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COCOS-BA

Pesquisa realizada entre 16/04/2026 09:56:01 e 23/04/2026 15:17:44

Relatório gerado no dia 23/04/2026 15:22:06 (IP: 128.201.36.69)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Mediana dos preços obtidos - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) Bandeja grande Retangular para servi 60X40 cm em aço inox, sem alça, retangular, acabamento polido com as bordas escovadas, dimensões de aproximadamente": 60 x40 cm / altura 2,5 cm / espessura 0,8mm.	3	35 Unidades	R\$ 148,90 (un)	-	R\$ 148,90	R\$ 5.211,50
2) Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 32 com capacidade para 12 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	4	25 Unidades	R\$ 182,33 (un)	-	R\$ 182,33	R\$ 4.558,25
3) Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 24 com capacidade para 3,3litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	3	55 Unidades	R\$ 89,90 (un)	-	R\$ 89,90	R\$ 4.944,50
4) Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 28 com capacidade para 08 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	3	35 Unidades	R\$ 110,00 (un)	-	R\$ 110,00	R\$ 3.850,00
5) Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 36 com capacidade para 16 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	4	25 Unidades	R\$ 204,50 (un)	-	R\$ 204,50	R\$ 5.112,50
6) Caçarola em alumínio	3	25 Unidades	R\$ 215,00 (un)	-	R\$ 215,00	R\$ 5.375,00

A pesquisa completa segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida, consistente na realização de procedimento licitatório próprio para registro de preços, com fornecimento parcelado de utensílios destinados às atividades de copa, cozinha, preparo de alimentos, armazenamento, distribuição, organização e apoio operacional, mostra-se a mais adequada para atendimento das necessidades da Administração Municipal, conforme demonstrado no levantamento de mercado realizado.

A adoção do Sistema de Registro de Preços permite maior flexibilidade na gestão da futura demanda, possibilitando a aquisição dos utensílios conforme a necessidade efetiva das Secretarias Municipais, especialmente considerando a natureza contínua, variável e por vezes imprevisível do consumo nas unidades públicas vinculadas à Educação, Saúde, Assistência Social e Administração.

Sob o aspecto técnico, a solução assegura a padronização dos materiais, garantindo que os produtos atendam às especificações exigidas, padrões mínimos de qualidade, resistência, funcionalidade e segurança, contribuindo para a adequada execução das rotinas administrativas e operacionais dos órgãos municipais.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Do ponto de vista econômico, a realização de procedimento licitatório próprio amplia a competitividade entre fornecedores, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos, em conformidade com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o fornecimento parcelado evita a formação de estoques excessivos, reduz perdas por quebra, desgaste ou inutilização prematura dos utensílios e otimiza a utilização dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que minimiza o risco de desabastecimento, garantindo a continuidade dos serviços públicos.

A solução também se mostra mais eficiente sob o aspecto da gestão contratual, uma vez que permite melhor controle do consumo por secretaria, rastreabilidade das aquisições, reposição gradual dos materiais e adequação às disponibilidades orçamentárias ao longo da vigência da ata de registro de preços.

Por fim, a alternativa adotada afasta práticas inadequadas, como o fracionamento indevido da despesa e o uso recorrente de contratações diretas fora das hipóteses legais, conferindo maior segurança jurídica ao processo e alinhamento às boas práticas de planejamento das contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se que a solução escolhida atende de forma plena aos requisitos técnicos, operacionais, econômicos e legais, sendo a mais adequada para garantir a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município de Cocos.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades de utensílios a serem adquiridos foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pelas Secretarias Municipais demandantes, considerando as necessidades operacionais específicas de cada órgão e a consolidação administrativa promovida pelo Município de Cocos.

Ressalta-se que, embora os materiais se destinem ao atendimento de diversas secretarias, as demandas foram apresentadas de forma individualizada pelos respectivos setores competentes, contemplando as necessidades da Educação, Saúde, Assistência Social e Administração, em observância ao planejamento interno de cada unidade gestora.

Para a definição dos quantitativos, foram considerados o histórico de consumo de exercícios anteriores, as demandas recorrentes de reposição por desgaste natural, quebra ou inutilização, bem como as necessidades futuras relacionadas à ampliação, melhoria ou adequação das unidades públicas atendidas. Também foram observadas as particularidades operacionais de cada secretaria, especialmente quanto ao volume de atendimento, fluxo de usuários, preparo de alimentos e rotinas administrativas.

Destaca-se que, em razão da natureza dos utensílios, o consumo apresenta variações ao longo do tempo, especialmente em decorrência do uso contínuo, substituições periódicas e demandas supervenientes, o que justifica a adoção de estimativas baseadas em médias históricas e margens de segurança razoáveis, de modo a evitar tanto o desabastecimento quanto a formação de estoques excessivos.

A memória de cálculo detalhada, contendo os critérios utilizados, as premissas adotadas e a consolidação dos quantitativos estimados por item e por secretaria, encontra-se formalizada em relatório



MUNICÍPIO DE COCOS

específico, que integra o presente Estudo Técnico Preliminar como documento complementar, assegurando transparência, rastreabilidade e fundamentação técnica às quantidades previstas.

Ressalta-se, ainda, que os quantitativos estimados não configuram obrigação de aquisição integral por parte da Administração, tratando-se de mera expectativa de consumo, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, as quantidades estimadas mostram-se compatíveis com a necessidade administrativa identificada, estando devidamente justificadas com base em critérios técnicos, históricos e operacionais.

Diante do exposto, as quantidades a serem adquiridas encontram-se descritas na tabela abaixo, tendo sido definidas com base em levantamento técnico consolidado a partir das demandas institucionais das diversas Secretarias Municipais, no âmbito das atividades de copa, cozinha, preparo de alimentos, armazenamento, distribuição, organização e apoio operacional.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	Bandeja grande Retangular para servi 60X40 cm em aço inox, sem alça, retangular, acabamento polido com as bordas escovadas, dimensões de aproximadamente*: 60 x40 cm / altura 2,5 cm / espessura 0,8mm.	UND	35
2	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 32 com capacidade para 12 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	25
3	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 24 com capacidade para 3,9litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	55
4	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 28 com capacidade para 08 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	35
5	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 36 com capacidade para 16 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	25
6	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 38 com capacidade para 20 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	25
7	Caldeirão em Alumínio 20 Lts caldeirão em alumínio 3mm, com tampa pegadores laterais reforçados. em alumínio com capacidade de aproximadamente 20 litros.	UND	25
8	Caldeirão em Alumínio 28 Lts caldeirão grande de alumínio, 36 cm,. sem tampa, empresarial, capacidade de 28 litros	UND	55
9	Colher de servir com 12 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente, durável e de fácil higienização, adequada para uso doméstico ou profissional.	UND	35
10	Colher de servir fabricada em aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização. Possui comprimento total de 32 cm	UND	35
11	Colher de servir com 42 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização, indicada para uso doméstico e profissional.	UND	35
12	Colher de servir com 62 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização, indicada para uso doméstico e profissional, especialmente em recipientes de grande volume.	UND	35
13	Concha industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, nº 14, com comprimento total aproximado de 57 cm. Possui bojo amplo e profundo e Cabo longo e reforçado.	UND	35
14	Concha industrial produzida em alumínio batido de alta resistência, nº 16, com comprimento total aproximado de 61 cm. Possui bojo amplo e profundo, Cabo longo, reforçado e ergonômico,	UND	25
15	Concha fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 35 cm. Possui bojo funcional para porcionamento e serviço de alimentos, Cabo resistente e ergonômico	UND	25
16	Caneca fabricada em alumínio de alta resistência, com capacidade aproximada de 4,5 litros e diâmetro de 18 cm. Possui cabo em baquelite, material isolante térmico que proporciona maior segurança no manuseio, evitando a transferência de calor.	UND	35



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

17	Caneca fabricada em alumínio de alta resistência, com capacidade aproximada de 2,5 litros. Possui dimensões de 13 cm de altura e 16 cm de diâmetro. Conta com cabo em baquelite, material isolante térmico que proporciona maior segurança e conforto .	UND	25
18	Cuscuzeira fabricada em alumínio polido de alta resistência, nº 23, com altura aproximada de 26 cm e diâmetro de 28 cm. Composta por base para água, recipiente perfurado para preparo do cuscuz e tampa de encaixe.	UND	10
19	Cuscuzeira fabricada em alumínio polido de alta resistência, nº 16, com dimensões aproximadas de 16 cm de altura, 16 cm de largura e 16 cm de diâmetro. Composta por base para água, recipiente perfurado para preparo a vapor e tampa de encaixe.	UND	25
20	Escumadeira industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 62 cm. Possui base perfurada que permite a retirada de alimentos e a escorrência de líquidos e óleos com eficiência.	UND	35
21	Escumadeira industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 46 cm. Possui base perfurada que permite a retirada de alimentos com eficiência, facilitando o escoamento de líquidos e óleos.	UND	45
22	Faca para cozinha fabricada em aço inoxidável de alta resistência, com lâmina de 8 polegadas. Possui fio durável, ideal para cortes precisos de carnes, legumes e alimentos em geral. Cabo revestido em material plástico	UND	55
23	Forma assadeira retangular nº 08, com dimensões aproximadas de 64 cm de comprimento, 44 cm de largura e 4 cm de altura. Fabricada em material resistente (alumínio ou aço), proporcionando boa condução térmica e cozimento uniforme dos alimentos.	UND	20
24	Forma assadeira retangular nº 05, com dimensões aproximadas de 46,5 cm de comprimento, 32 cm de largura e 7 cm de altura. Fabricada em material resistente (alumínio ou aço), com boa condução térmica, proporcionando cozimento uniforme dos alimentos.	UND	35
25	Jogo de talheres de mesa composto por 36 peças, fabricadas em aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão e ao uso contínuo. O kit é composto por: 12 garfos de mesa 12 facas de mesa 12 colheres de mesa	Kits	50
26	Panela de pressão com capacidade aproximada de 7 litros, fabricada em alumínio polido de alta qualidade, com espessura de 3 mm, garantindo maior resistência e durabilidade. Possui sistema de fechamento com travas de segurança .	UND	25
27	Panela de pressão com capacidade para 10 litros. em alumínio polido 3mm de espessura de alta qualidade. travas de segurança que impedem a abertura da tampa enquanto houver pressão interna. asas resistentes.	UND	20
28	Panela de pressão com capacidade para 4,5 litros. enquanto houver pressão interna. asas resistentes. tampa com fechamento externo garantia mínima 24 meses	UND	20
29	Panela de pressão industrial com capacidade para 12 litros. em alumínio polido 3mm de espessura de alta qualidade. travas de segurança que impedem a abertura da tampa .	UND	20
30	Tacho número 40 com 10 litros de capacidade total, em Alumínio Batido super grosso com 4mm de espessura e alça inteira fundida em conjunto com o corpo do tacho, com tampa.	UND	25
31	Tacho Nº 50 Tacho número 50 com 21 litros de capacidade total, em Alumínio Batido super grosso com 4mm de espessura e alça inteira fundida em conjunto com o corpo do tacho, com tampa.	UND	25
32	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 14 litros de tamanho de aproximadamente 17x42cm	UND	25
33	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 18 litros de tamanho de aproximadamente 19x39cm	UND	25
34	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 30 litros de tamanho de aproximadamente 23x48cm	UND	25
35	Balde Plástico 10 Lts balde de plástico, capacidade de 10 litros, material resistente dimensões mínimas 255x270	UND	55



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

36	Caixa de isopor 170 litros tampa removível com dreno de alta vedação. Volume 170 litros. Dimensões externas: comprimento;101cm, larg;63cm, alt;53cm espessura das paredes 5 cm	UND	15
37	Caixa organizadora multiuso fabricada em plástico transparente de alta resistência, com capacidade aproximada de 30 litros. Possui formato retangular, tampa de encaixe com travas de segurança e alças laterais que facilitam o transporte.	UND	55
38	Caixa organizadora multiuso fabricada em plástico transparente de alta resistência, com capacidade aproximada de 13,5 litros. Possui formato retangular, tampa de encaixe com travas de segurança e alças que facilitam o transporte.	UND	55
39	Garrafa térmica com capacidade aproximada de 1 litro, equipada com tampa de rosca que garante vedação eficiente e segurança no transporte. Possui dimensões aproximadas de 134 mm (comprimento) x 102 mm (largura) x 310 mm (altura).	UND	35
40	Garrafa térmica 2 litros - descrição: com base giratória, ampola em aço inox, acionamento através de alavanca. revestimento externo em polipropileno, aço inox escovado.	UND	25
41	Garrafa térmica com capacidade de 5 litros, equipada com tampa de rosca que garante vedação segura e conservação térmica eficiente para líquidos quentes ou frios. Apresenta dimensões aproximadas de 31 cm de altura e 20,5 cm de largura	UND	10
42	Lixeira com tampa 100l .em polietileno, com tampa e pedal em ferro galvanizado, cor leitosa, capacidade para 100 litros	UND	25
43	Lixeira plástica com capacidade de 20 litros, confeccionada em polipropileno resistente, com tampa articulada e acionamento por pedal com suporte em aço.	UND	25
44	Lixeira plástica com capacidade de 50 litros, confeccionada em polipropileno resistente, com tampa articulada e acionamento por pedal com suporte em aço.	UND	25
45	Ralador com Tres Faces em formato triangular laminas em aço inox. laminas para ralo grosso, ralo medio, ralo fino, base em plastico resistente com dimensão de aproximadamente 20cm x 9 cm x 9cm	UND	45
46	Tábuas para Corte para corte de alimentos crus e cozidos, fabricado em polietileno de alta resistência. Medindo 25x40	UND	55
47	Vasilha com tampa, capacidade de 10 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência. Formato retangular, medidas aproximadas de 34 x 14 cm.	UND	35
48	Vasilha com tampa, capacidade de 3,5 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência.	UND	25
49	Vasilha com tampa, capacidade de 7 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência. Formato quadrado, produto durável e de fácil higienização.	UND	35
50	Jogo de xícaras para chá, composto por 12 peças (6 xícaras e 6 pires), confeccionado em porcelana ou vidro. Xícaras com capacidade aproximada de 200 ml, dimensões de 8,3 cm de diâmetro e 8,3 cm de altura, acompanhadas de pires com diâmetro de 15 cm.	UND	30
51	Jogo de copos para água, composto por 6 unidades, confeccionados em vidro incolor, liso e reutilizável. Capacidade aproximada de 310 ml (31 cl), altura de 140 mm, diâmetro de 67,5 mm e peso aproximado de 300 g.	UND	35
52	Jogo de pratos fundos, composto por 6 unidades, confeccionados em vidro temperado incolor, resistente a altas temperaturas.	UND	35
53	Cooler térmico com capacidade de 30 litros, indicado para conservação de bebidas e alimentos em temperaturas frias por maior período. Fabricado em material resistente, com isolamento térmico eficiente, tampa de vedação segura e alça para transporte.	UND	20
54	Cooler térmico com capacidade de 42 litros, indicado para conservação de bebidas e alimentos em temperaturas frias por maior período. Fabricado em material resistente, com isolamento térmico eficiente, tampa de vedação segura e alça para transporte.	UND	25
55	Kit merenda escolar composto por 3 peças: 1 prato fundo com aproximadamente 22 cm, 1 caneca com capacidade entre 220 ml e 300 ml e 1 colher infantil. Confeccionado em material plástico resistente, atóxico, de fácil higienização, adequado para uso escolar.	Kits	1000

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

6.1. Estimativa preliminar de valor: R\$ 203.793,10 (duzentos e três mil, setecentos e noventa e três reais e dez centavos).

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando os itens previstos na planilha de utensílios que compõe o presente processo, verifica-se que o objeto é formado por conjunto amplo e diversificado de materiais, com distintas características técnicas, especificações, dimensões, composições e finalidades, destinados às atividades de copa, cozinha, preparo de alimentos, armazenamento, distribuição, organização e apoio operacional no âmbito da Administração Municipal.

Observa-se que a contratação em lote único ou por grupos poderia restringir a competitividade do certame, uma vez que diversos fornecedores do mercado atuam apenas em segmentos específicos, comercializando determinadas linhas de produtos, sem dispor da totalidade dos itens exigidos. Tal circunstância poderia reduzir o universo de participantes e limitar a obtenção de propostas mais vantajosas.

Diante desse cenário, verifica-se que o parcelamento por item mostra-se a alternativa mais adequada, permitindo que cada produto seja disputado individualmente, ampliando significativamente a concorrência e possibilitando a participação de maior número de fornecedores, inclusive microempresas, empresas de pequeno porte e comerciantes especializados.

A adjudicação por item também favorece a economicidade, pois estimula lances mais competitivos em cada produto específico, permitindo que a Administração obtenha o menor preço unitário possível conforme as características de cada material, sem que itens de menor interesse comercial sejam compensados por sobrepreço em outros.

Além disso, o parcelamento por item proporciona maior flexibilidade na gestão da futura ata de registro de preços, permitindo aquisições conforme a necessidade real de cada secretaria, com reposição seletiva dos utensílios efetivamente demandados, evitando compras desnecessárias e reduzindo riscos de estoque excessivo.

Sob o aspecto técnico e administrativo, a divisão por item facilita a comparação objetiva das propostas, o controle de preços praticados no mercado, a fiscalização das entregas, a substituição de fornecedores inadimplentes em itens específicos e o acompanhamento contratual por produto.

Ressalta-se, ainda, que os utensílios constantes da planilha são, em sua maioria, bens comuns padronizados e independentes entre si, não havendo necessidade técnica de fornecimento conjunto para garantir funcionalidade, compatibilidade ou desempenho integrado, inexistindo prejuízo decorrente da contratação segregada.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto por item mostra-se tecnicamente viável, economicamente vantajoso e juridicamente recomendável, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em benefício do Município de Cocos.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação direta com as atividades administrativas, operacionais, assistenciais e de apoio desenvolvidas pela Administração Municipal, sendo os utensílios pretendidos



MUNICÍPIO DE COCOS

materiais essenciais ao funcionamento regular das unidades públicas vinculadas às Secretarias Municipais.

Nesse contexto, verifica-se a existência de contratações correlatas, especialmente aquelas destinadas ao fornecimento de gêneros alimentícios, material de limpeza, material de expediente, equipamentos permanentes, prestação de serviços terceirizados, merenda escolar e manutenção das unidades públicas, as quais demandam o uso contínuo dos utensílios a serem adquiridos. Tais contratações, embora distintas, possuem complementaridade funcional, uma vez que a adequada execução dos serviços depende diretamente da disponibilidade desses materiais de apoio.

Por outro lado, não se identificam contratações interdependentes no sentido estrito, uma vez que a formalização da presente demanda não está condicionada à celebração prévia de contrato específico, podendo ser realizada de forma autônoma, sem prejuízo de sua execução.

Destaca-se que a ausência de contratação dos utensílios poderá impactar negativamente a execução de serviços correlatos, comprometendo rotinas de preparo e distribuição de alimentos, organização interna das unidades, atendimento ao público, apoio administrativo e demais atividades essenciais desenvolvidas pelos órgãos municipais, o que reforça a necessidade de planejamento integrado entre as contratações.

Adicionalmente, ressalta-se que a centralização do fornecimento desses materiais, por meio do Sistema de Registro de Preços, contribui para a padronização dos utensílios utilizados nas diversas secretarias, promovendo maior eficiência administrativa, controle de consumo, racionalização logística e melhor aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação apresenta natureza correlata a outros contratos administrativos vigentes ou futuros relacionados ao funcionamento das unidades públicas municipais, não havendo, contudo, dependência direta que impeça sua realização de forma independente, estando em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e atendendo ao interesse público do Município de Cocos

9. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA)

9.1. Embora esta contratação ainda não esteja contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), ela está alinhada com os instrumentos de planejamento vigentes, notadamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A demanda atende às diretrizes estratégicas e orçamentárias da instituição, sendo compatível com as metas e ações previstas no planejamento governamental. Assim, mesmo não formalizada no PCA, a contratação é legítima, necessária e está em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo assegurar o fornecimento contínuo e eficiente de utensílios destinados às atividades de copa, cozinha, preparo de alimentos, armazenamento, distribuição, organização e apoio operacional, de forma a garantir o adequado funcionamento das unidades vinculadas às Secretarias Municipais.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Como resultados pretendidos, busca-se:

- garantir a continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções das rotinas administrativas, operacionais e assistenciais em razão da falta de materiais essenciais;
- assegurar a disponibilidade de utensílios em quantidade e qualidade compatíveis com as demandas da Administração;
- promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio da aquisição planejada e do fornecimento parcelado conforme a necessidade real;
- obter economicidade na contratação, mediante ampliação da competitividade e obtenção de preços mais vantajosos;
- padronizar os materiais utilizados nas diversas unidades públicas, contribuindo para melhor organização, funcionalidade e segurança operacional;
- otimizar a logística de fornecimento e o controle de estoque, reduzindo perdas, desperdícios e aquisições emergenciais;
- fortalecer o planejamento das contratações públicas, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021;
- proporcionar maior controle e transparência na execução contratual, facilitando a fiscalização e o acompanhamento por parte da Administração;
- atender adequadamente as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Administração, observadas suas especificidades operacionais.

Espera-se, ainda, que a contratação contribua para o aumento da eficiência operacional das Secretarias Municipais, permitindo maior agilidade no atendimento das demandas institucionais e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, os resultados pretendidos estão diretamente relacionados à melhoria da gestão pública, à otimização dos recursos disponíveis e à garantia da continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos essenciais prestados pelo Município de Cocos.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a adequada execução da futura contratação, faz-se necessária a adoção de providências administrativas prévias, com o objetivo de assegurar que a Administração esteja devidamente estruturada para o recebimento, controle, distribuição e utilização dos utensílios a serem adquiridos.

Inicialmente, deverá ser formalizada a designação de servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização da ata de registro de preços e dos instrumentos dela decorrentes, competindo-lhes



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

acompanhar o fornecimento, verificar a conformidade dos materiais entregues, controlar os saldos e atestar o recebimento.

As Secretarias Municipais demandantes, juntamente com o setor competente de compras e administração, deverão manter organização interna adequada para o controle das requisições, de modo a garantir que as necessidades das unidades públicas sejam devidamente planejadas, consolidadas e atendidas com eficiência.

Deverão ser definidos os procedimentos internos para solicitação, autorização, recebimento, conferência, distribuição e controle dos utensílios, incluindo a padronização de fluxos administrativos, com vistas a assegurar rastreabilidade, transparência e adequada prestação de contas.

Além disso, a Administração deverá verificar a disponibilidade de espaço físico apropriado para armazenamento dos materiais, quando necessário, observando condições adequadas de organização, higiene, conservação e segurança, a fim de evitar perdas, extravios ou deterioração prematura.

Também será necessário assegurar que os setores envolvidos estejam cientes das especificações dos itens a serem adquiridos, bem como das condições estabelecidas no Termo de Referência e na futura ata de registro de preços, de modo a garantir o correto recebimento e utilização dos materiais.

Deverá, ainda, ser promovido o alinhamento entre as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Administração quanto ao fluxo de atendimento das demandas, prioridades de fornecimento e controle de consumo, evitando solicitações descoordenadas e assegurando maior eficiência na gestão da contratação.

Quando necessário, recomenda-se a realização de orientações internas aos servidores responsáveis pelo recebimento e utilização dos utensílios, especialmente quanto aos procedimentos de conferência, conservação e uso adequado dos materiais.

Dessa forma, as providências prévias visam garantir que a futura contratação seja executada de forma eficiente, organizada e em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, atendendo adequadamente às necessidades do Município de Cocos/BA.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A contratação de fornecimento de utensílios, embora essencial para o funcionamento das unidades públicas municipais, pode gerar impactos ambientais relacionados à produção, transporte, armazenamento, utilização e descarte dos materiais adquiridos.

Dentre os principais impactos potenciais, destacam-se: o consumo de recursos naturais empregados na fabricação dos produtos; a geração de resíduos sólidos oriundos de embalagens e materiais inutilizados; a emissão de poluentes decorrentes do transporte; e o descarte inadequado de utensílios danificados, quebrados ou sem condições de uso.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Considerando esses aspectos, deverão ser adotadas medidas de mitigação e boas práticas ambientais, visando reduzir ou eliminar os impactos negativos decorrentes da contratação, tais como:

- priorizar, sempre que possível, a aquisição de produtos fabricados com materiais duráveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- exigir que os utensílios atendam a padrões mínimos de qualidade, resistência e vida útil, reduzindo a necessidade de reposições frequentes;
- incentivar o fornecimento de produtos com menor geração de resíduos e embalagens reduzidas, recicláveis ou reutilizáveis;
- exigir que a contratada realize o transporte dos materiais em condições adequadas, evitando avarias, perdas e desperdícios;
- promover o uso racional dos utensílios nas unidades administrativas, escolares, de saúde e assistência social;
- estabelecer procedimentos internos para reaproveitamento, segregação e descarte ambientalmente adequado de materiais inservíveis, quando cabível;
- orientar os servidores responsáveis quanto às boas práticas de conservação, limpeza e armazenamento, ampliando a vida útil dos itens adquiridos;
- priorizar, quando tecnicamente viável, produtos que atendam às normas técnicas e ambientais aplicáveis.

Ressalta-se que a adoção dessas medidas contribui para a redução dos impactos ambientais associados à contratação, além de promover maior eficiência no uso dos recursos públicos e alinhamento às diretrizes de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que, embora existam impactos ambientais associados ao objeto, estes podem ser adequadamente tratados e mitigados mediante a adoção de práticas sustentáveis, gestão responsável dos materiais e controle adequado durante a execução contratual, em benefício do Município de Cocos/BA.

14. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação pretendida mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e jurídico, além de adequada às necessidades da Administração Pública Municipal.

Do ponto de vista técnico, a solução escolhida — consistente na realização de procedimento licitatório com registro de preços para fornecimento parcelado de utensílios destinados às atividades de copa, cozinha, preparo de alimentos, armazenamento, distribuição, organização e apoio operacional —



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

apresenta-se compatível com a natureza do objeto, permitindo o atendimento contínuo e eficiente das demandas das Secretarias Municipais.

Sob o aspecto operacional, a contratação é plenamente exequível, considerando que o Município dispõe de estrutura administrativa apta a gerenciar, fiscalizar, receber, distribuir e controlar os materiais adquiridos, mediante atuação integrada entre os setores competentes e as secretarias demandantes.

No que se refere à razoabilidade, a estimativa das quantidades foi fundamentada em memória de cálculo baseada no histórico de consumo, nas demandas individualizadas apresentadas pelas secretarias e nas projeções de necessidade futura, demonstrando compatibilidade entre a demanda identificada e a solução proposta, sem indícios de superdimensionamento ou subdimensionamento do objeto.

Quanto à viabilidade econômica, a realização de procedimento licitatório próprio assegura ampla competitividade entre fornecedores, contribuindo para a obtenção de preços mais vantajosos e para a adequada aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

Adicionalmente, verifica-se a viabilidade jurídica da contratação, uma vez que o processo encontra-se estruturado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os requisitos de planejamento, motivação, definição da solução mais adequada e atendimento ao interesse público.

Ressalta-se, ainda, que a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se apropriada diante da natureza variável e contínua da demanda, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade efetiva da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável e razoável, estando devidamente justificada e apta a prosseguir para as etapas subsequentes do processo de contratação, com vistas à garantia da continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município de Cocos.

15. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

5.1. A presente contratação não é sigilosa.

16. RESPONSÁVEL(EIS) PELA ELABORAÇÃO

Cocos-BA, 11 de maio de 2026.

Paulo Eduardo Kunrath
Secretário Municipal de Administração
Matrícula: 18921

Camargo Lopo de Macedo Arruda
Superintendente de Compras



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL
1	Bandeja grande Retangular para servi 60X40 cm em aço inox, sem alça, retangular, acabamento polido com as bordas escovadas, dimensões de aproximadamente*: 60 x40 cm / altura 2,5 cm / espessura 0,8mm.	UND	35	R\$ 148,90	R\$ 5.211,50
2	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 32 com capacidade para 12 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	25	R\$ 182,33	R\$ 4.558,25
3	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 24 com capacidade para 3,9litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	55	R\$ 89,90	R\$ 4.944,50
4	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 28 com capacidade para 08 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	35	R\$ 110,00	R\$ 3.850,00
5	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 36 com capacidade para 16 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	25	R\$ 204,50	R\$ 5.112,50
6	Caçarola em alumínio batido (fundido) lixado e polido nº 38 com capacidade para 20 litros com alça de alumínio inteiriça reforçada e com tampa	UND	25	R\$ 215,00	R\$ 5.375,00
7	Caldeirão em Alumínio 20 Lts caldeirão em alumínio 3mm, com tampa pegadores laterais reforçados. em alumínio com capacidade de aproximadamente 20 litros.	UND	25	R\$ 197,45	R\$ 4.936,25
8	Caldeirão em Alumínio 28 Lts caldeirão grande de alumínio, 36 cm., sem tampa, empresarial, capacidade de 28 litros	UND	55	R\$ 214,00	R\$ 11.770,00
9	Colher de servir com 12 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente, durável e de fácil higienização, adequada para uso doméstico ou profissional.	UND	35	R\$ 17,97	R\$ 628,95
10	Colher de servir fabricada em aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização. Possui comprimento total de 32 cm	UND	35	R\$ 24,70	R\$ 864,50
11	Colher de servir com 42 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização, indicada para uso doméstico e profissional.	UND	35	R\$ 26,00	R\$ 910,00
12	Colher de servir com 62 cm de comprimento, fabricada em aço inoxidável, resistente à corrosão, durável e de fácil higienização, indicada para uso doméstico e profissional, especialmente em recipientes de grande volume.	UND	35	R\$ 72,37	R\$ 2.532,95
13	Concha industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, nº 14, com comprimento total aproximado de 57 cm. Possui bojo amplo e profundo e Cabo longo e reforçado.	UND	35	R\$ 66,79	R\$ 2.337,65
14	Concha industrial produzida em alumínio batido de alta resistência, nº 16, com comprimento total aproximado de 61 cm. Possui bojo amplo e profundo, Cabo longo, reforçado e ergonômico,	UND	25	R\$ 84,83	R\$ 2.120,75
15	Concha fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 35 cm. Possui bojo funcional para porcionamento e serviço de alimentos, Cabo resistente e ergonômico	UND	25	R\$ 26,50	R\$ 662,50



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

16	Caneca fabricada em alumínio de alta resistência, com capacidade aproximada de 4,5 litros e diâmetro de 18 cm. Possui cabo em baquelite, material isolante térmico que proporciona maior segurança no manuseio, evitando a transferência de calor.	UND	35	R\$ 84,00	R\$ 2.940,00
17	Caneca fabricada em alumínio de alta resistência, com capacidade aproximada de 2,5 litros. Possui dimensões de 13 cm de altura e 16 cm de diâmetro. Conta com cabo em baquelite, material isolante térmico que proporciona maior segurança e conforto .	UND	25	R\$ 42,15	R\$ 1.053,75
18	Cuscuzeira fabricada em alumínio polido de alta resistência, nº 23, com altura aproximada de 26 cm e diâmetro de 28 cm. Composta por base para água, recipiente perfurado para preparo do cuscuz e tampa de encaixe.	UND	10	R\$ 78,31	R\$ 783,10
19	Cuscuzeira fabricada em alumínio polido de alta resistência, nº 16, com dimensões aproximadas de 16 cm de altura, 16 cm de largura e 16 cm de diâmetro. Composta por base para água, recipiente perfurado para preparo a vapor e tampa de encaixe.	UND	25	R\$ 49,05	R\$ 1.226,25
20	Escumadeira industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 62 cm. Possui base perfurada que permite a retirada de alimentos e a escorrência de líquidos e óleos com eficiência.	UND	35	R\$ 29,30	R\$ 1.025,50
21	Escumadeira industrial fabricada em alumínio batido de alta resistência, com comprimento total aproximado de 46 cm. Possui base perfurada que permite a retirada de alimentos com eficiência, facilitando o escoamento de líquidos e óleos.	UND	45	R\$ 42,90	R\$ 1.930,50
22	Faca para cozinha fabricada em aço inoxidável de alta resistência, com lâmina de 8 polegadas. Possui fio durável, ideal para cortes precisos de carnes, legumes e alimentos em geral. Cabo revestido em material plástico	UND	55	R\$ 24,00	R\$ 1.320,00
23	Forma assadeira retangular nº 08, com dimensões aproximadas de 64 cm de comprimento, 44 cm de largura e 4 cm de altura. Fabricada em material resistente (alumínio ou aço), proporcionando boa condução térmica e cozimento uniforme dos alimentos.	UND	20	R\$ 104,11	R\$ 2.082,20
24	Forma assadeira retangular nº 05, com dimensões aproximadas de 46,5 cm de comprimento, 32 cm de largura e 7 cm de altura. Fabricada em material resistente (alumínio ou aço), com boa condução térmica, proporcionando cozimento uniforme dos alimentos.	UND	35	R\$ 48,86	R\$ 1.710,10
25	Jogo de talheres de mesa composto por 36 peças, fabricadas em aço inoxidável de alta qualidade, resistente à corrosão e ao uso contínuo. O kit é composto por: 12 garfos de mesa 12 facas de mesa 12 colheres de mesa	Kits	50	R\$ 130,00	R\$ 6.500,00
26	Panela de pressão com capacidade aproximada de 7 litros, fabricada em alumínio polido de alta qualidade, com espessura de 3 mm, garantindo maior resistência e durabilidade. Possui sistema de fechamento com travas de segurança .	UND	25	R\$ 134,27	R\$ 3.356,75
27	Panela de pressão com capacidade para 10 litros. em alumínio polido 3mm de espessura de alta qualidade. travas de segurança que impedem a abertura da tampa enquanto houver pressão interna. asas resistentes.	UND	20	R\$ 185,00	R\$ 3.700,00



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

28	Panela de pressão com capacidade para 4,5 litros. enquanto houver pressão interna. asas resistentes. tampa com fechamento externo garantia mínima 24 meses	UND	20	R\$ 90,05	R\$ 1.801,00
29	Panela de pressão industrial com capacidade para 12 litros. em alumínio polido 3mm de espessura de alta qualidade. travas de segurança que impedem a abertura da tampa .	UND	20	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
30	Tacho número 40 com 10 litros de capacidade total, em Alumínio Batido super grosso com 4mm de espessura e alça inteira fundida em conjunto com o corpo do tacho, com tampa.	UND	25	R\$ 501,25	R\$ 12.531,25
31	Tacho Nº 50 Tacho número 50 com 21 litros de capacidade total, em Alumínio Batido super grosso com 4mm de espessura e alça inteira fundida em conjunto com o corpo do tacho, com tampa.	UND	25	R\$ 470,00	R\$ 11.750,00
32	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 14 litros de tamanho de aproximadamente 17x42cm	UND	25	R\$ 21,45	R\$ 536,25
33	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 18 litros de tamanho de aproximadamente 19x39cm	UND	25	R\$ 37,49	R\$ 937,25
34	Bacia plástica, em material virgem de primeira qualidade, material atóxico modelo reforçada capacidade 30 litros de tamanho de aproximadamente 23x48cm	UND	25	R\$ 41,78	R\$ 1.044,50
35	Balde Plástico 10 Lts balde de plástico, capacidade de 10 litros, material resistente dimensões mínimas 255x270	UND	55	R\$ 27,00	R\$ 1.485,00
36	Caixa de isopor 170 litros tampa removível com dreno de alta vedação. Volume 170 litros. Dimensões externas: comprimento;101cm, larg:63cm, alt:53cm espessura das paredes 5 cm	UND	15	R\$ 357,00	R\$ 5.355,00
37	Caixa organizadora multiuso fabricada em plástico transparente de alta resistência, com capacidade aproximada de 30 litros. Possui formato retangular, tampa de encaixe com travas de segurança e alças laterais que facilitam o transporte.	UND	55	R\$ 85,00	R\$ 4.675,00
38	Caixa organizadora multiuso fabricada em plástico transparente de alta resistência, com capacidade aproximada de 13,5 litros. Possui formato retangular, tampa de encaixe com travas de segurança e alças que facilitam o transporte.	UND	55	R\$ 48,49	R\$ 2.666,95
39	Garrafa térmica com capacidade aproximada de 1 litro, equipada com tampa de rosca que garante vedação eficiente e segurança no transporte. Possui dimensões aproximadas de 134 mm (comprimento) x 102 mm (largura) x 310 mm (altura).	UND	35	R\$ 44,89	R\$ 1.571,15
40	Garrafa térmica 2 litros - descrição: com base giratória, ampola em aço inox, acionamento através de alavanca. revestimento externo em polipropileno, aço inox escovado.	UND	25	R\$ 146,00	R\$ 3.650,00
41	Garrafa térmica com capacidade de 5 litros, equipada com tampa de rosca que garante vedação segura e conservação térmica eficiente para líquidos quentes ou frios. Apresenta dimensões aproximadas de 31 cm de altura e 20,5 cm de largura	UND	10	R\$ 54,25	R\$ 542,50



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

42	Lixeira com tampa 100l .em polietileno, com tampa e pedal em ferro galvanizado, cor leitosa, capacidade para 100 litros	UND	25	R\$ 371,57	R\$ 9.289,25
43	Lixeira plástica com capacidade de 20 litros, confeccionada em polipropileno resistente, com tampa articulada e acionamento por pedal com suporte em aço.	UND	25	R\$ 69,69	R\$ 1.742,25
44	Lixeira plástica com capacidade de 50 litros, confeccionada em polipropileno resistente, com tampa articulada e acionamento por pedal com suporte em aço.	UND	25	R\$ 195,00	R\$ 4.875,00
45	Ralador com Três Faces em formato triangular laminas em aço inox. laminas para ralo grosso, ralo médio, ralo fino, base em plástico resistente com dimensão de aproximadamente 20cm x 9 cm x 9cm	UND	45	R\$ 41,70	R\$ 1.876,50
46	Tábuas para Corte para corte de alimentos crus e cozidos, fabricado em polietileno de alta resistência. Medindo 25x40	UND	55	R\$ 59,60	R\$ 3.278,00
47	Vasilha com tampa, capacidade de 10 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência. Formato retangular, medidas aproximadas de 34 x 14 cm.	UND	35	R\$ 33,29	R\$ 1.165,15
48	Vasilha com tampa, capacidade de 3,5 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência.	UND	25	R\$ 16,50	R\$ 412,50
49	Vasilha com tampa, capacidade de 7 litros, confeccionada em polipropileno reciclado, com paredes espessas e alta resistência. Formato quadrado, produto durável e de fácil higienização.	UND	35	R\$ 29,40	R\$ 1.029,00
50	Jogo de xícaras para chá, composto por 12 peças (6 xícaras e 6 pires), confeccionado em porcelana ou vidro. Xícaras com capacidade aproximada de 200 ml, dimensões de 8,3 cm de diâmetro e 8,3 cm de altura, acompanhadas de pires com diâmetro de 15 cm.	UND	30	R\$ 128,18	R\$ 3.845,40
51	Jogo de copos para água, composto por 6 unidades, confeccionados em vidro incolor, liso e reutilizável. Capacidade aproximada de 310 ml (31 cl), altura de 140 mm, diâmetro de 67,5 mm e peso aproximado de 300 g.	UND	35	R\$ 45,00	R\$ 1.575,00
52	Jogo de pratos fundos, composto por 6 unidades, confeccionados em vidro temperado incolor, resistente a altas temperaturas.	UND	35	R\$ 59,25	R\$ 2.073,75
53	Cooler térmico com capacidade de 30 litros, indicado para conservação de bebidas e alimentos em temperaturas frias por maior período. Fabricado em material resistente, com isolamento térmico eficiente, tampa de vedação segura e alça para transporte.	UND	20	R\$ 107,10	R\$ 2.142,00
54	Cooler térmico com capacidade de 42 litros, indicado para conservação de bebidas e alimentos em temperaturas frias por maior período. Fabricado em material resistente, com isolamento térmico eficiente, tampa de vedação segura e alça para transporte.	UND	25	R\$ 340,00	R\$ 8.500,00
55	Kit merenda escolar composto por 3 peças: 1 prato fundo com aproximadamente 22 cm, 1 caneca com capacidade entre 220 ml e 300 ml e 1 colher infantil. Confeccionado em material plástico resistente, atóxico, de fácil higienização, adequado para uso escolar.	Kits	1000	R\$ 22,00	R\$ 22.000,00
TOTAL					R\$ 203.793,10



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

RELATÓRIO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Município de Cocos

1. OBJETO

Memória de cálculo destinada a demonstrar a formação dos quantitativos estimados para futura e eventual aquisição de utensílios destinados às atividades de copa, cozinha, preparo de alimentos, armazenamento, distribuição, organização e apoio operacional, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social e Administração do Município de Cocos.

A contratação tem por finalidade suprir as necessidades contínuas das unidades públicas municipais, assegurando condições adequadas de funcionamento administrativo, atendimento ao público, preparo de refeições, apoio institucional e rotinas operacionais.

2. UNIVERSO DE ATENDIMENTO

Foram consideradas as unidades vinculadas às secretarias demandantes, compreendendo:

2.1 Secretaria Municipal de Educação

- 28 unidades escolares;
- 01 sede administrativa;
- 01 unidade de apoio/logística.

Total estimado: 30 unidades.

2.2 Secretaria Municipal de Saúde

- UBS urbanas e rurais;
- CAPS;
- Centro de Saúde;
- Hospital Municipal;
- SAMU;
- Policlínica;
- Secretaria Municipal de Saúde.

Total estimado: 16 unidades.

2.3 Secretaria Municipal de Assistência Social

- Secretaria Municipal;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- CRAS;
- Extensão CRAS;
- CREAS;
- Abrigo de Idosos;
- demais unidades de atendimento social.

Total estimado: 06 unidades.

2.4 Administração Geral

- Prédio da Prefeitura;
- Guarda Municipal;
- Ponto Cidadão;
- Conselho Tutelar;
- Pelotão PM (convênio).

Total estimado: 05 unidades.

Total Geral Estimado

57 unidades administrativas, operacionais e assistenciais.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

A estimativa dos quantitativos considerou critérios técnicos, operacionais e históricos compatíveis com a realidade municipal.

3.1 Variáveis Consideradas

- número de unidades atendidas;
- fluxo diário de usuários e servidores;
- produção de refeições/alimentação institucional;
- necessidade mínima por unidade;
- reposição por desgaste natural;
- quebra e extravio;
- formação de estoque mínimo;
- demandas imprevisíveis durante a vigência da ata.

3.2 Premissas Técnicas

- unidades maiores demandam maior volume de utensílios;
- itens frágeis exigem reposição periódica;
- itens duráveis exigem quantitativo mínimo por unidade;
- secretarias com atendimento direto ao público possuem maior consumo;
- fornecimento parcelado via SRP dispensa compra integral imediata.



4. MEMÓRIA DE CÁLCULO POR GRUPOS

4.1 UTENSÍLIOS DE PREPARO E COZINHA

Itens exemplificativos:

- panelas;
- caldeirões;
- caçarolas;
- frigideiras;
- assadeiras;
- chaleiras;
- panelas de pressão.

Base de cálculo:

- 52 unidades com copa/cozinha ativa;
- média de 2,5 peças por unidade;
- reserva técnica de 15%.

Cálculo:

$$52 \times 2,5 = 130 \text{ peças}$$
$$+ 15\% = \mathbf{150 \text{ unidades estimadas}}$$

4.2 UTENSÍLIOS DE SERVIR E DISTRIBUIÇÃO

Itens:

- conchas;
- escumadeiras;
- colheres grandes;
- pegadores;
- bandejas;
- jarras.

Base de cálculo:

- média de 4 itens por unidade operacional;
- 57 unidades;
- reposição técnica.

Cálculo:

$$57 \times 4 = 228$$



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- margem técnica = **260 unidades estimadas**

4.3 RECIPIENTES E ARMAZENAMENTO

Itens:

- potes;
- bacias;
- baldes;
- caixas organizadoras;
- lixeiras;
- garrafas térmicas.

Base de cálculo:

- média de 3 itens por unidade.

Cálculo:

$$57 \times 3 = 171$$

- reserva logística = **220 unidades estimadas**

4.4 COPOS, CANECAS, PRATOS E KITS INDIVIDUAIS

Educação

3.200 alunos estimados.

Demais Secretarias

- servidores;
- usuários atendidos;
- pacientes;
- visitantes institucionais.

Estimativa complementar: 500 usuários rotativos.

Base total:

3.700 usuários

Reserva operacional de 20%



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

$3.700 + 740 = 4.440$ unidades estimadas por item correlato

Aplicável a:

- copos;
- pratos;
- canecas;
- kits refeição;
- utensílios individuais equivalentes.

4.5 FACAS E UTENSÍLIOS AUXILIARES

Itens:

- facas diversas;
- tábuas de corte;
- abridores;
- raladores;
- utensílios auxiliares.

Base de cálculo:

- 52 unidades com copa/cozinha ativa;
- média de 2 peças por unidade.

$$52 \times 2 = 104$$

- reposição = **125 unidades estimadas**

4.6 ITENS DE APOIO ADMINISTRATIVO

Itens:

- bandejas institucionais;
- jarras para reuniões;
- suportes;
- utensílios de copa;
- apoio para eventos e capacitações.

Base de cálculo:

- unidades administrativas centrais;
- eventos institucionais;
- reuniões oficiais.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Estimativa técnica: 80 unidades diversas

5. CONSOLIDAÇÃO FINAL

Os quantitativos constantes da planilha foram dimensionados considerando:

- atendimento de 57 unidades públicas;
- 3.200 alunos da rede municipal;
- servidores municipais;
- usuários da saúde e assistência social;
- atendimento ao cidadão;
- reposição por desgaste natural;
- estoque mínimo operacional;
- fornecimento parcelado durante a vigência da ata.

Os quantitativos **não representam obrigação de compra integral**, tratando-se de mera estimativa para Sistema de Registro de Preços, conforme demanda real da Administração.

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ADEQUAÇÃO

Os números apurados mostram-se:

- compatíveis com o porte da estrutura municipal;
- proporcionais às unidades atendidas;
- coerentes com o fluxo de usuários;
- suficientes para manutenção das rotinas públicas;
- adequados à reposição gradual;
- aderentes aos princípios da economicidade e eficiência.

7. CONCLUSÃO

A presente memória de cálculo demonstra, de forma objetiva e fundamentada, que os quantitativos estimados para aquisição de utensílios das Secretarias Municipais do Município de Cocos decorrem de critérios técnicos vinculados ao universo de atendimento da Administração Pública Municipal.

Conclui-se que a estimativa encontra-se razoável, proporcional, necessária e apta a subsidiar o processo licitatório, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90012-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156-2026

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos XX (XX) dias do mês de XXXXX de 2025, o **MUNICÍPIO DE COCOS**, Estado da Bahia, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012./0001-75, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor XXXXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90012-2026, homologado em XX de XXXXX de 2025, Processo Administrativo nº 156-2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de XXXXXXXXXXXXXXXX, especificada(s) no(s) item(ns) 01 ao 43 do Termo de Referência, *anexo I do edital de Licitação nº 90012-2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QNT	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1						
2						
.....
VALOR GLOBAL						



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os participantes serão apenas os seguintes órgãos:

- 3.1.1. *Secretaria Municipal de Administração;*
- 3.1.2. *Secretaria Municipal de Educação;*
- 3.1.3. *Secretaria Municipal de Saúde;*
- 3.1.4. *Secretaria Municipal de Assistência Social;*

3.2. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração;

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Município de Cocos-BA, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso da prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada



MUNICÍPIO DE COCOS

dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE COCOS

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



MUNICÍPIO DE COCOS

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, § 2º, do Decreto Municipal nº 021/2024, de 19 de março de 2024; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 021/2024.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocos-BA, XX de XXXXXX de 2025.

MUNICÍPIO DE COCOS-BA
CNPJ: 14.222.012/0001-75
ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXX XX XXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXX
DETENTORA DA ATA



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE
CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
FAZEM ENTRE O MUNICÍPIO DE
COCOS - BAHIA E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE COCOS-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, registrado no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001/75, representado neste ato pelo Senhor Clewton Domingues de Souza, legalmente investido e no exercício pleno de Prefeito, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa XXXXXX XXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 156-2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90012-2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

...					
-----	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de xxxxxxxx contados do(a), na forma do artigo XXX da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações da contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente quanto à conformidade dos utensílios entregues com as especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade exigidos;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato, quando cabíveis;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos-BA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 8.1.9. Decidir, no prazo de até 30 (trinta) dias, os requerimentos apresentados pela Contratada, admitida prorrogação motivada por igual período;
- 8.1.10. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.11. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes do fornecimento dos produtos ou da execução do contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do contrato e deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;
- 9.2. Fornecer os utensílios de cantina conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos na Ordem de Fornecimento;
- 9.3. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento do prazo de entrega, devidamente justificados;
- 9.4. Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato;
- 9.5. Substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, os utensílios que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos produtos nos locais indicados pela Contratante, garantindo sua integridade até o recebimento definitivo;
- 9.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos utensílios;
- 9.8. Quando não for possível a verificação no SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos;
- 9.9. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;
- 9.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que impacte a execução do fornecimento;



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

- 9.12. Observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, garantindo a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos;
- 9.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao transporte, manuseio e armazenamento dos produtos, especialmente quanto a itens frágeis, cortantes ou volumosos;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro;
- 9.15. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.16. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

“b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

12.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.1.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Cocos-BA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.04.000 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.009.2016 – Gestão do FUNDEB

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1543, 1540, 1541 – Fontes

12.361.009.2017 – Gestão do Ensino Fundamental

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1502 – Fontes

12.361.009.2023 – Gestão do Ensino Fundamental – QSE

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1550 – Fonte

12.365.009.2021 – Gestão da Educação Infantil

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1550 – Fonte

12.365.009.2312 – Gestão da Educação Infantil – Fundeb

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1540, 1541, 1542 – Fontes

02.02.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.009.2006 – Gestão da Secretaria de Administração

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 - Fonte

06.181.022.2009 – Gestão da Ordem Pública

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

1500 – Fonte

04.122.003.2048 – Gestão do Conselho Tutelar

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1500 – Fonte

02.15.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.245.026.2235 – Bloco da Proteção Social Básica

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1500, 1661, 1660 – Fontes

08.245.027.2316 – Bloco da Proteção Social Especial

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1500, 1661 - Fontes

08.122.040.2047 – Gestão Administrativa do FMAS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1500 – Fonte

08.122.006.2070 – Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família – IGDBF

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1500, 1660 – Fontes

08.122.006.2073 – Aprimoramento e Fortalecimento da Gestão do SUAS – IGDSUAS

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1500, 1660 – Fontes

02.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.030.2032 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

4.4.8.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1500, 1502 - Fonte

10.301.032.2027 - Gestão das Ações da Atenção Primária.

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1631, 1502, 1659, 1621, 1600, 1500 - Fontes

10.301.032.2030 - Gestão das Ações de Equipes de Saúde da Família – ESF

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1621, 1600, 1500 - Fontes

10.301.032.2034 - Gestão das Ações de Equipes de Saúde Bucal – ESB

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1600, 1500 - Fontes

10.302.032.2075 - Gestão de Ações da Atenção Especializada – MAC

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1631, 1621, 1600, 1500 - Fontes

10.302.032.2300 - Gestão das Ações do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

4.4.9.0.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

1600, 1500 - Fontes

10.304.030.2035 - Gestão das Ações de Vigilância em Saúde

3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo

1600, 1500 – Fontes

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cocos-BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE COCOS

Cocos-BA, xx de xxxxxxxx de 2026.

MUNICÍPIO DE COCOS-BA
CNPJ: 14.222.012/0001-75
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:XXXXXXXXXX
CONTRATADA